

# Mobiliário litúrgico pétreo no contexto do barroco português: tipologias e funcionalidades

Maria João Pereira Coutinho<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente estudo, que trata de mobiliário religioso português do período barroco, centra-se em objectos que estiveram ao serviço da liturgia, como credências, lavabos, mesas ou *bofetes*, púlpitos e teias. A visão lançada sobre estes exemplos, neste caso realizados em materiais pétreos, procura dar a conhecer alguns dos equipamentos que faziam parte do cerimonial eucarístico, como os da purificação do sacerdote, os que suportavam alfaias, os que albergavam o pregador e aqueles que dividiam o espaço cultural. Como já tivemos oportunidade de notar em outros trabalhos, o recurso à pedra e o facto de exibirem determinadas características formais, coloca estes objectos no contexto da produção barroca portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Barroco; Lisboa; Ritual católico; Mobiliário religioso; Pedra

**ABSTRACT:** The present study, which deals religious Baroque Portuguese furniture, focuses on objects that were in the service of the liturgy, as credences, washbasins, tables or *bofetes*, pulpits and rails. The highlight of these examples, made in stone, seeks to inform about some of the Eucharistic ceremonial furniture, such as those of the purification of the priest, those that supported the liturgy, those that supported the priest and divided the space. As I have already noted in other studies, the use of stone and the morphologically characteristics that they exhibit, place them within the Portuguese Baroque production.

**KEY-WORDS:** Baroque; Lisbon; Catholic ritual; Religious Furniture; Stone

**RESUMEN:** El presente estudio, que trata de mobiliario portugués religioso de la época barroca, se centra en los objetos que estaban en el servicio de la liturgia,

---

<sup>1</sup> Investigadora do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/85091/2012), com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e da Ciência. O presente estudo resulta da comunicação "Novos Contributos para o estudo do mobiliário pétreo no acervo religioso português do período barroco", apresentada no âmbito do *IV Colóquio de Artes Decorativas. "O Móvel e o Seu Espaço"* da Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, a 25 de Outubro de 2012. Acerca desta temática já tivemos oportunidade de nos pronunciar na nossa tese de Doutoramento em História (especialidade em Arte, Património e Restauro), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulada *A Produção Portuguesa de Obras de Embutidos de Pedraria Policroma (1670-1720)*. Lisboa: [s. n.], 2010.

como credencias, lavabos, mesas ou *bofetes*, púlpitos e barandillas. La visión puesta sobre estos ejemplos, en este caso realizados en piedra, pretende dar a conocer algunos de los muebles que formaban parte de la ceremonia eucarística, de la purificación del sacerdote, que apoyaban vasos litúrgicos, que albergaban lo Padre y que compartían el espacio cultural. Como ya hemos señalado en otros estudios, el uso de la piedra y el hecho de que presentan ciertas características formales, pone estos objetos en el contexto de la producción del barroco portugués.

PALABRAS-CLAVE: Barroco; Lisboa; Ritual católico; Mobiliario religioso; Piedra

## Nota prévia

O templo pós-tridentino português, potencial receptáculo de obras de arte, aglutina no seu interior várias tipologias de mobiliário, ao serviço do culto divino, que, no caso dos exemplos de pedraria, se fundem com a própria estrutura que os agrega. A uniformidade espacial conferida por esta matéria-prima à igreja portuguesa, comum a alguns exemplos de móveis sacros e ao espaço que o integra, torna-se um dos principais pontos de partida para o estudo de objectos, até à data só tratados no âmbito da arte das madeiras<sup>2</sup>. Todavia, a utilização da pedra no mobiliário não é inédita, pois o reconhecimento que há da sua utilização no período clássico, apesar

---

<sup>2</sup> Sobre o mobiliário litúrgico vejam-se sobretudo os trabalhos realizados em contexto português por: SMITH, Robert C. – *Agostinho Marques “enxambrador da cónega”, Elementos para o Estudo do Mobiliário em Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1974; MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira – *Mobiliário Açoriano, Elementos para o seu estudo*. Açores: Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981; SANDÃO, Arthur de – *O Móvel Pintado em Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1984; SOUSA, Maria Conceição Borges de; BASTOS, Celina – *Mobiliário, Normas de Inventário*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004; COUTINHO, Fernando Carlos Fernandes – *O uso dos objectos litúrgicos nos sacramentos do baptismo, da eucaristia, da confirmação e da unção dos enfermos*. Porto: [s. n.], 2007. Dissertação de Mestrado em Artes Decorativas apresentado à Universidade Católica do Porto; MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho – O Mobiliário Religioso de António Vaz de Castro, “Entalhador e Ensamblador de Sua Majestade (Act. 1646/1667)”. In *Mobiliário Português, Actas do 1.º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, pp. 15-29; BASTOS, Celina – O Mobiliário da Misericórdia de Montemor-o-Novo na Documentação da Irmandade. In IDEM, *ibidem*, pp. 30-41; SALDANHA, Sandra Costa – Entalhadores e Carpinteiros, Concorrentes e Parceiros – O Mobiliário Religioso da Basílica da Estrela. In IDEM, *ibidem*, pp. 42-55, e BASTOS, Celina – O Mobiliário da Santa Casa. In FONSECA, Jorge (coord.) – *A Misericórdia de Montemor-o-Novo, História e Património*. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo; Tribuna da História, 2008, pp. 247-288.

de em contexto profano, deverá ser equacionada no quadro de uma estética classicizante, que vigorou no Maneirismo e no Barroco<sup>3</sup>.

Com finalidades diversas, como a de sustentar o cerimonial eucarístico, purificar o sacerdote, suportar alfaias, albergar o pregador e dividir o espaço, o móvel litúrgico encontra nas igrejas nacionais o local onde o teatro religioso toma forma, indo ao encontro das imposições estabelecidas em algumas sessões do Concílio Tridentino<sup>4</sup>. Porém, tipologias como ábacos ou credências, lavabos, mesas, púlpitos e teias, com funcionalidades próprias, inscrevem-se igualmente no acervo religioso como mobiliário de aparato. O carácter cenográfico presente no templo português de Seiscentos e de Setecentos contempla móveis que, apesar de não evidenciarem uma fácil deslocação no espaço, contribuem para a sumptuosidade desejada por Trento e proclamada em diversos sínodos<sup>5</sup>.

A análise tipológica dos exemplos anteriormente anunciados, as suas particularidades formais e decorativas, enquadradas no espírito do seu tempo, tornam-se assim objecto da nossa reflexão, em torno de acervos muitas vezes ignorados no âmbito da história do mobiliário religioso. Tal crítica, que tem por base um estudo mais vasto sobre a obra de pedraria, procura dar resposta à omissão bibliográfica existente no âmbito da literatura nacional sobre este tema, criando uma nova área de estudo para

---

<sup>3</sup> Acerca do móvel ibérico deste período veja-se particularmente as obras de FEDUCHI, Luis – *Historia del Mueble*. Madrid: A. Aguado, 1946 e AGUILÓ ALONSO, Maria Paz – *El mueble clásico*. Madrid: Cátedra, 1987, entre muitos outros autores.

<sup>4</sup> Sobre este tema *vide* as obras basilares de COELHO, Dom António, O.S.B. – *Curso de Liturgia Romana*. Negrelos: Ora & Labora, 1950; RIGHETTI, Mario – *Historia de la liturgia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1955 e ROCCA, Sandra Vasco, GUEDES, Natália Correia (coord.) – *Thesaurus, Vocabulário de Objectos do Culto Católico*. Vila Viçosa; Lisboa: Fundação da Casa de Bragança; Universidade Católica Portuguesa, 2004.

<sup>5</sup> Acerca desta temática cf. GOUVEIA, António Camões – Sensibilidades e representações religiosas. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000, pp. 317-367 e MARQUES, João Francisco – As formas e os sentidos e Rituais e manifestações de culto. In IDEM, *ibidem*, pp. 449-515 e 517-601 respectivamente. Sobre as constituições sinodais referentes ao arcebispado de Lisboa *vide*: *Constituições do Arcebispado de Lisboa*. Lisboa: Bernam Balharde Frances, 1537; *Constituições Extravagantes do Arcebispado de Lisboa*. Lisboa: Em casa de Antonio Gonsalves, 1569, *Constituições do Arcebispado de Lisboa assi as antigas como as extrauagantes primeyras & segundas. Agora nouamente impressas por mandado do Illustrissimo & Reuerendissimo senhor dō Migel de Castro Arcebispo de Lisboa*. Lisboa: Impressas por Belchior Rodrigues, 1588, e *Constituições Synodales do Arcebispado de Lisboa. Novamente feitas no synodo diocesano que celebrou na Sé Metropolitana de Lisboa... D. Rodrigo da Cunha em os 30. dias de Mayo do anno de 1640. Concordadas com o sagrado Concilio Tridentino, & com o Direito Canonico, & com as Constituições antigas, & extravagantes primeiras, & segundas deste Arcebispado*. Lisboa: Off. de Paulo Craesbeeck, 1656.

elementos que parecem não se enquadrar na arte das madeiras, mas com idêntica funcionalidade.

## 1. Ábacos ou credências

O ábaco (*abacus*) ou credência<sup>6</sup> (*credentia*), definido por Raphael Bluteau como “(...) Mesa, em que se poem a estante do Missal, as galhetas, & outras cousas, que servem para o ministerio da Missa.(...)”<sup>7</sup>, consta no âmbito do templo pós tridentino como um dos vários elementos compositivos do altar-mor.

Configurando-se inúmeras vezes na igreja como um elemento amovível, por vezes materializado em madeira, a credência pode também ser embutida na superfície murária, em nichos, ou justaposta ao pano de muro, como que se de uma mesa se tratasse, e com idêntica modelação (suporte e tampo). Em diversos casos, a existência de pares justifica-se por questões de equilíbrio estético, mas também por motivos de funcionalidade. Se, em algumas situações, o nicho albergava efectivamente uma credência, com a função primária de comportar alguns dos bens anteriormente descritos, em outros casos o suporte servia para albergar a bacia para onde se faziam o despejo da água das abluções do celebrante e da purificação dos vasos sagrados durante a celebração<sup>8</sup>.

A funcionalidade de sustentar os diversos artefactos litúrgicos levou, porém, a que esta variação de um móvel de suporte pudesse ser vestida de diferentes formas, o que podia ocorrer, em função de se celebrar o Domingo

<sup>6</sup> Sobre a definição de ábaco ou credência *vide*: COELHO, O.S.B., Dom António – *Op. cit.*, Tomo 2, p. 231; GRUBER, Alain (dir.) – *The History of Decorative Arts, Classicism and the Baroque in Europe*. Paris: Citadelles & Mazenod, 1992, p. 469; MARQUES, Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula – *Mobiliário Português de Aparato do Século XVIII – Credências, Consolas e Tremós*. Vol. I. Porto: [s. n.], 1997. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), particularmente o capítulo “A credência – Sua definição e evolução”, pp. 26-28; Ábaco e Credência. In ROCCA, Sandra Vasco, GUEDES, Natália Correia (coord.) – *Op. cit.*, pp. 20 e 21, respectivamente; Credência. In RODRIGUEZ BERNIS, Sofía – *Diccionario de Mobiliario*. Madrid: Secretaria General Técnica, Ministerio da Cultura, 2006, p. 128, e Credência. In TRINIDAD LAFUENTE, Isabel – *Tesouro y diccionario de objetos asociados a ritos, cultos e creencias*. Madrid: Secretaria General Técnica; Ministerio da Cultura, 2011, p. 136.

<sup>7</sup> Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario Portuguez e Latino (...)*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 604.

<sup>8</sup> Cf. “piscina”. In ROCCA, Sandra Vasco, GUEDES, Natália Correia (coord.) – *Op. cit.*, p. 48.

de Ramos<sup>9</sup>, a Quinta-feira Santa<sup>10</sup>, a Sexta-feira Santa<sup>11</sup>, o Sábado Aleluia<sup>12</sup> ou a Quarta-feira de Cinzas<sup>13</sup>, entre muitas outras festividades.

Com o concílio de Vaticano II, e a uma das suas subseqüentes directrizes, que levou ao destacamento da mesa de altar, a credência perde parte da sua funcionalidade, passando algumas das alfaias para este novo elemento do mobiliário, como ocorreu com as galhetas ou a estante de Missal<sup>14</sup>.

Contudo, e se atendermos ao facto destes objectos terem sido produzidos com maior fervor durante o período pós-tridentino, parece-nos evidente que tenham sido contemplados na lista de objectos a observar durante as visitas efectuadas aos altares dos templos, e particularmente aquelas empreendidas ao altar-mor. No capítulo VI, intitulado *De como visitarà a Igreja*, da *Visita Geral que deve fazer hum Prelado no seu Bispado (...)*, o autor refere que: “notará o lugar das galhetas, a cardencia, o assento das missas solemnes, que ha de ser da parte da Epistola, donde também ha de ser a cardencia. (...) Reparará nas grades com que se fecha a Capella, & emmendará, & mandará concertar, ou fazer o que se achar com imperfeição, ou falta, notando o na visita, pera se pedir conta na seguinte, se se executou o que o Prelado mandar.”<sup>15</sup>. Essa ordem reflete a importância

<sup>9</sup> “Sobre a credencia prepara-se tudo o que é necessario para a Missa Solemne, e além disso a caldeirinha e o hyssope, o jarro com a agua, a bacia e a toalha. Se os Ramos houverem de se distribuir ao povo por um outro Padre sem ser o Celebrante, põe-se sobre a credencia uma estola roxa.” cf. VAVASSEUR, R. P. Le – *Ceremonial Romano*. Lisboa: Typographia do Diário da Manhã, 1884, p. 392.

<sup>10</sup> “Além das cousas necessarias para a Missa solemne, prepara-se sobre a credencia um calix maior e mais rico do que os outros, destinado a receber a Sagrada Reserva, cobre-se com a pala, patena e um rico veo branco, e ajusta-se uma fita de seda branca”, cf. IDEM, *ibidem*, p. 406.

<sup>11</sup> “Sobre a credencia põe-se uma toalha que cobre só a mesa, por cima d`esta uma toalha dobrada da dimensão da mesa do altar; a estante com o Missal; o livro para cantar as licções e o evangelho; uma bolsa preta com o corporal e um sanguinho; o véo preto para cobrir o calix no fim do Officio; as galhetas com o prato e o manustergio; um pequeno vaso com agua para purificar os dedos do Celebrante, se fôr preciso; os castiçoes dos Acolytos com velas de cêra amarella apagadas; uma bandeja de prata paa receber as offertas”, cf. IDEM, *ibidem*, p. 417.

<sup>12</sup> “Na credencia prepara-se tudo o que é necessario para a Missa Solemne com ornamentos brancos; cobre-se tudo com um véo grande da mesma côr, mas por cima estende-se o grande véo roxo.”, cf. IDEM, *ibidem*, p. 431.

<sup>13</sup> “Sobre a credencia dispõe-se o calix para a Missa, com o véo roxo e a bolsa da mesma côr, a caldeirinha com o hyssope, um prato com miôlo de pão, o jarro com agua com uma bacia e uma toalha, e as galhetas para a Missa”, cf. IDEM, *ibidem*, p. 475.

<sup>14</sup> Cf. BERNIS, Sofia Rodríguez – *op. cit.*, p. 232.

<sup>15</sup> Cf. ANDRADE, Lucas de – *Visita Geral que deve fazer hum Prelado no seu Bispado, apontadas as cousas por que deue perguntar E o que devem fazer os Parochos preparar a visita*. Lisboa: Officina de João da Costa, 1673, pp. 54-55.

de um objecto que, indiferentemente de ser em madeira ou em pedra, era indispensável ao rito católico.

Quanto a exemplos, que espelham a existência destes espécimes, merecem particular destaque os que ainda subsistem em Lisboa na capela-mor da igreja do convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais, na capela de Nossa Senhora da Doutrina da igreja de S. Roque, na capela-mor da igreja do Menino Deus (outrora do convento da ordem terceira de S. Francisco) e na capela-mor da igreja do convento de Santos-o-Novo. Nos arredores da capital, mas com produção lisboeta, merecem ainda menção os exemplos existentes na capela-mor da igreja matriz de Loures e na igreja de Nossa Senhora da Conceição de Atouguia da Baleia.

Já no contexto das obras desaparecidas, destacamos aquela que o cronista anónimo da *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa* refere, a propósito do “Convento das Religiosas inglesas da Ordem de Sancta Brigida” da seguinte forma: “Da capella mor pêra dentro se vem duas portas, fronteyra huma à outra. A da mam direyta he a da Sancristia [e] no andar dos presbitérios ficam dous arcos de pedraria do feytio dos que tem as capellas do corpo da igreja, mas alguma cousa mays pequenos, cada hum de sua parte, fronteyro hum ao outro. O da parte do Evangelho tem no meyo huma pequena janela com humas grades diante; o outro serve // pera por as galhetas e algumas couzas que tem uso no altar mor (...)”<sup>16</sup>.

## 2. Lavabos

O lavabo, definido como uma peça composta por bacia e respaldo, que esconde no seu interior um reservatório de água, encontrava-se na sacristia e servia para a ablução do presbítero, antes e depois da celebração<sup>17</sup>.

A preocupação com o asseio dos sacerdotes, carregada de simbologia, e alargada a todas as alfaias litúrgicas, como os têxteis, vidros, metais e outros bens sumptuários, justificou, como é por demais conhecido, o aparecimento de um número significativo de objectos ligados à purificação. Lavabos, piscinas, bacias e outros reservatórios floresceram no seio

<sup>16</sup> Cf. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1972, vol. 2, pp. 399-400.

<sup>17</sup> Acerca da definição deste objecto veja-se: COELHO, Dom António, O.S.B. – *Op. cit.*. Tomo 2, p. 231, Lavabo de sacristia. In ROCCA, Sandra Vasco, GUEDES, Natália Correia (coord.) – *Op. cit.*, pp. 48 e Lavabo de sacristia. In TRINIDAD LAFUENTE, Isabel – *Op. cit.*, p. 136.

dos templos e consubstanciaram a ideia de uma Igreja imaculada, como Trento proclamara.

Apesar de serem omissas as referências aos lavabos de sacristia nas constituições sinodais do bispado de Lisboa, certo é o cuidado posto nas abluções, como se pode testemunhar através da leitura de uma passagem das sobreditas constituições, no capítulo intitulado “Dos Ornamentos do altar, & de como se ham de alimpar, prouer, servir, & concertar os altares & igrejas”: “E cada domingo se ponha na sanchristia huma toalha lauada de linho ou estopa de duas varas em comprido, que estè (sic) pendurada, em que os sacerdotes alimpem as mãos quando as lauam, pera hir dizer missa & também os ministros que lhe ham de ajudar tudo à custa dos sobreditos, & no dito tempo, & pella maneira & sob as penas contheudas de duzentos reaes.”<sup>18</sup>.

Tal cuidado, é igualmente registado nas directizes dimanadas nas Visitações, pois, no capítulo VII, intitulado “Da visita da Sanchristia”, compreende-se que o prelado indigitado para inspecionar o local deveria ter em atenção o seguinte: “(...) os almarios, as arcas, o lauatorio em que se lauão as mãos, se está limpo, se tem agua, se tem toalha junto delle, pêra se alimarem as mãos a agua que cae na bacia, se tem sumidouro (...)”<sup>19</sup>.

A produção de lavabos de pedraria policroma nas sacristias portuguesas, com a finalidade de serem utilizados para a purificação do pároco antes da celebração, ter-se-á assim generalizado durante a segunda metade de Seiscentos, sendo alguns dos exemplos por nós estudados de significativa riqueza plástica<sup>20</sup>.

Vários foram os exemplos que no contexto lisboeta terão norteados esta opção estética, mais policroma, onde se inclui o notável lavabo existente na Sé, cujo risco está atribuído ao arquitecto Marcos de Magalhães (act. entre 1647 e 1664), ou aquele existente na igreja de Nossa Senhora da Penha de França, de autor desconhecido.

Dos espécimes que recorrem ao embutido miúdo para adornar o conjunto, os que nos pareceram mais significativos são os que se encontram nas sacristias da igreja do antigo convento de Santo Antão-o-Velho e de S. Vicente de Fora, da cidade de Lisboa, e acerca dos quais nos deteremos com maior cuidado.

<sup>18</sup> *Constituições do Arcebispado de Lisboa, assi as antigas como as extrauagantes primeyras & segundas. Agora nouamente impressas por mandado do Ilustrissimo & Reuerendissimo Senhor dom Migel de Castro Arcebispo de Lisboa, (...), p. 54.*

<sup>19</sup> Cf. ANDRADE, Lucas de – *Op. cit.*, p. 63.

<sup>20</sup> Cf. ROCCA, Sandra Vasco; GUEDES, Natália Correia (coord.) – *Op. cit.*, p. 48.

O notável exemplar existente na sacristia da igreja de Santo Antão-o-Velho, mais conhecida por igreja do “Coleginho”<sup>21</sup>, datado de finais de Seiscentos, ou de inícios de Setecentos, que se integra num conjunto azulejar do séc. XVIII, é composto por bacia recortada em gomos, sustentada por motivo concheado, que vive de várias ranhuras evidenciadas pela alternância de pedraria branca e vermelha. Os seus remates, laterais e superior, onde abundam as aletas, enquadram, por sua vez, a parte central da peça, onde encontramos uma maior utilização da arte do embutido policromo, com composição idêntica à dos frontais de altar coevos. Acerca da história deste lavabo, nada se sabe até à data, todavia, pela forma como se insere no conjunto, calcula-se que tenha sido efectivamente projectado para este local, pois toda a composição do painel que a envolve converge para si.

O lavabo da sacristia do mosteiro de S. Vicente de Fora, por sua vez, integra-se, em consonância com a monumentalidade do espaço que o engloba, em local próprio, situado do lado do Evangelho, para se efectuem as purificações com maior discrição. Com bacia embutida na própria superfície murária, encimada por uma tabela, que, tal como acontece com o exemplo de Santo Antão-o-Velho, se ergue superiormente com morfologia e composição idêntica à de um frontal de altar, o espécime é rematado na parte cimeira por meia circunferência, com riscas radiais, onde a alternância policroma de branco e vermelho simula o efeito de uma concha. Do local, bem como do lavabo, aparentemente coetâneo à sacristia, pela uniformidade decorativa que apresenta, pouco se sabe, pois nos relatos recolhidos sobre a mesma, não se encontra alusão alguma a esta peça.

Para melhor completar este quadro, importa referir ainda dois exemplos desaparecidos. O primeiro, que existiu na sacristia do convento de Nossa Senhora da Graça, foi fixado em inícios do séc. XVIII da seguinte forma: “E na parte que fica à mam esquerda de quem entra pella porta tem no meyo lugar hum bom lavatorio e nos dous lados delle se guardam os amitos em suas gavetas (...)”<sup>22</sup>.

O segundo, acerca do qual só se possui a memória da sua avaliação, efectuada a 8 de Fevereiro de 1718, pelos então juizes do officio de pedreiro, Manuel Álvares e José Ferreira, situava-se na sacristia da desaparecida

<sup>21</sup> O local que ficou conhecido por ser a primeira casa própria que a Companhia de Jesus teve no mundo inteiro, foi anteriormente pertença de dominicanas, encontrando-se na posse dos padres Agostinhos do convento da Graça, a partir de 1594, cf. LOPES, António, S.J. – *Roteiro Histórico dos Jesuítas em Lisboa*. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa e Editorial Apostolado da Oração, 1985, pp. 15-18.

<sup>22</sup> Cf. *História dos Mosteiros* (...). Vol. 1, p. 134.

igreja de Santa Catarina do Monte Sinai<sup>23</sup>. O referido lavabo foi executado pelo mestre pedreiro Miguel Vieira e apresentava-se da seguinte forma: “(...) pia feita com dois Painéis com sua moldura em roda destes dois painéis com sua moldura em roda destes dois painéis com duas carrancas com sua tarja com suas mizolas vermelhas com suas quartelas nas Ilhargas vermelhas E sua simalha vermelha co sua molura resaltada com sua viejra estriada por sima bornida com dois coartonis vermelhos por sima com sua crus vermelha com duas Pirâmides bornidas com seos coartonis nas Ilhargas com sua basia vermelha com seos galhoins de releuado por bacho com hum remate de quartelas de releuado por bacho da basia com seo embotido vermelho no mejo (...)”<sup>24</sup>. O objecto, que deveria ser peça considerável, foi avaliado em 100.000 réis, um valor avultado se comparado com os 20.000 réis por que foram apreçados os pedestais da mesma sorte, existentes na capela-mor da mesma igreja, cerca de 33 anos antes<sup>25</sup>.

Por último, importa ainda referir que vários exemplares similares quanto à sua funcionalidade, que tinham como ponto comum o recurso à obra de embutido policromo e terem saído das mãos de artistas lisboetas, foram deslocados para outros pontos do então império português, particularmente para as províncias ultramarinas. Entre estes, destacamos o que se encontra na sacristia da igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Baía, no Brasil, onde se verifica a utilização de uma bacia, que, tal como a de Santo Antão-o-Velho, opta pelo recurso de riscas vermelhas e brancas<sup>26</sup>, bem como o da sacristia da Sé da mesma cidade.

<sup>23</sup> Fundada sob a égide de D. Catarina de Áustria, a igreja primitiva, cuja administração esteve a cargo da irmandade de livreiros, desapareceu na voragem do terramoto de 1755, sendo posteriormente reedificada e novamente consumida por um incêndio no ano de 1835, cf. CORTEZ, Maria do Carmo – Alto de Santa Catarina. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 2004, pp. 50-53.

<sup>24</sup> ARQUIVO DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA CATARINA – *Rois e Recibos diversos das Casas pertencente às irmandades, e despesas feitas com a Igreja (1661-1799)*, Mç. 6, avulso.

<sup>25</sup> A 20 de Julho de 1685, António Pereira “medidor de obras de Sua Megestade” refere o seguinte: “(...) avaliamos os seis embotidos que fés nos pedrestais da capella maior em vinte mil reis (...)”, cf. IDEM, *ibidem*.

<sup>26</sup> Sobre este exemplo vide: SILVA, Zenaide Carvalho – *O Lioz Português. De Lastro de Navio a Arte na Bahia*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, pp. 104-113.

### 3. Mesas ou bufetes (bofetes)

A mesa<sup>27</sup>, no sentido estrito da liturgia, ou “bofete”, como aliás era referido na documentação dos séculos XVII e XVIII, dava corpo à decoração da sacristia do templo pós-tridentino. A necessidade de ter um local de preparação da celebração, de um modo geral, e dos prelados, no que concerne ao lugar onde deveriam envergar as suas vestes, levou ao aparecimento de um espaço, com vários tipos de mobiliário, com funcionalidades particularmente específicas. A sacristia, tornou-se assim, nos séculos XVII e XVIII, local de recebimento de mesas ou bufetes de pedraria, que geralmente se erguiam no centro dessa divisão, e que serviam como sustentáculo de cálices. Centralizando as atenções de quem por aí passava, apresentavam um único suporte (com diversas modelações, que os tornavam próximos de balaustres e colunas de madeira) e tampo recortando (podendo as opções estéticas variar entre modelos hexagonais ou octogonais). Embora na actualidade seja reconhecido o valor artístico de algumas destas peças, a literatura sinodal demonstra omissões relativamente à necessidade e obrigatoriedade das mesmas existirem em sacristias.

Apesar de subsistirem ainda alguns exemplares fora de Lisboa coevos àqueles que iremos apresentar, ou dentro de templos desta cidade com feitura subsequente aos que recorreram à variação policroma de várias pedras, a nossa escolha direccionou-se para obras que se inscrevem no que elegemos como fio condutor deste estudo – os casos de pedraria policroma com embutidos. Exemplifica cabalmente esta nossa opção de análise o caso da mesa ainda existente na sacristia da actual igreja de Nossa Senhora das Mercês (antiga dos irmãos terceiros do Hospital de Nossa Senhora de Jesus), que, num testemunho do séc. XVIII onde se discorre sobre o espaço em questão, é mencionada da seguinte maneira: “(...) segue-se agora dar noticia da sancristia (...). No meyo da sancristia pêra se collocarem os cálices tem huma mesa de pedra bem liza, embotida, a qual assenta sobre hum pé de pedra branca. (...)”<sup>28</sup>. Tal objecto, que encabeça a nossa lista de exemplos, apresenta-se como um dos poucos que ainda subsiste no seu local original.

Situação idêntica verifica-se ainda com exemplar que ainda hoje reside na sacristia do cenóbio dominicano de S. Domingos de Lisboa e que a mesma fonte setecentista caracteriza quanto aos objectos que validam a

---

<sup>27</sup> Apesar de pouco se saber deste objecto em contexto litúrgico *vide* as definições de Bufete e Mesa em RODRÍGUEZ BERNIS, Sofia – *Op. cit.*, pp. 68-69 e 229, respectivamente.

<sup>28</sup> Cf. *História dos Mosteiros* (...). Vol. 2, p. 18.

sua existência, os cálices: “Os calices tem seo lugar em hum bofete de boa pedra. com seo pé tambem da mesma, e esta mesa ou bofete fica bem no meio da sanchristia (....)”<sup>29</sup>

Quanto a casos já desaparecidos no universo católico da cidade de Lisboa, salientamos aquele que existiu na sacristia no desaparecido convento da Santíssima Trindade, que, nas palavras do cronista da *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, se apresentava do seguinte modo: “O pavimento he de marmores em forma de quadrados brancos e pretos, e no meyo do pavimento se deyxta ver hum bofete de pedra marmore no qual tem lugar os calices”<sup>30</sup>.

A partir dos anteriores testemunhos, compreendemos a importância que estes objectos de aparato, mas com notória funcionalidade, ocuparam nas sacristias da capital. Dos mesmos testemunhos podemos ainda subtrair que o posicionamento destes “bofetes” era idêntico, pontuando no espaço pela sua centralidade.

#### 4. Púlpitos

O púlpito<sup>31</sup>, na qualidade de espaço eleito para a prédica, apela naturalmente aos sentidos de quem se desloca ao templo, pois, como afirmou João Francisco Marques, “Se um dos fins da pregação é mover vontade pelo toque da sensibilidade no despertar das emoções, torna-se mais próximo da acção dramática o desempenho do pregador.”<sup>32</sup>. Com efeito, o púlpito na

<sup>29</sup> Cf. IDEM, *ibidem*. Vol. 1, p. 98.

<sup>30</sup> Cf. IDEM, *ibidem*. Vol. 1, p. 158.

<sup>31</sup> Acerca da definição dos púlpitos *vide*, entre outros, COELHO, O.S.B., Dom António – *Op. cit.* Tomo 2, p. 232, Púlpito. In ROCCA, Sandra Vasco; GUEDES, Natália Correia (coord.) – *Op. cit.*, p. 53, e Púlpito. In TRINIDAD LAFUENTE, Isabel – *Op. cit.*, p. 417. Sobre púlpitos em geral consultar: PINTO, Nuno Catharino Cardoso – *Pias Baptismaes, Pulpitos, Claustros e Cruzeiros*. Lisboa: Edição do Autor, 1935, FRIAS, Hilda Moreira de – *Goa: A Arte dos Púlpitos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006 e AFONSO, Maria Lúcia – *A Palavra e o Gesto: Os Púlpitos da Igreja do Espírito Santo de Arcos de Valdevez*. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (dir.) – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*. Porto: Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes da Universidade Católica Portuguesa, 2010, pp. 171-184. Acerca dos púlpitos pétreos *vide* de COUTINHO, Maria João Pereira – *A Arquitectura Dominicana no Barroco Lisboa: O Triunfo da Pregação*. In GOMES, Ana Cristina da Costa; FRANCO, José Eduardo (coord.) – *Dominicanos em Portugal, História, Cultura e Arte*. Lisboa: Alêtheia, 2010, pp. 309-323.

<sup>32</sup> Cf. MARQUES, João Francisco – *A Palavra e o Livro*. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000, vol. 2, pp. 377-447. Sobre o púlpito e a sua relação com a oratória sacra na época barroca *vide* ainda as asserções de REIS, Maria de Fátima – *A Parenética Scalabitana: piedade e estética barroca*. In AA.VV.,

qualidade de local de cumprimento de uma acção catequética, com uma forte componente teatral, destaca-se, tal como um palco, do pavimento, elevando-se junto de uma superfície murária, ou pilar, podendo o seu acesso ser efectuado por uma escada externa, ou escondida no interior do muro<sup>33</sup>.

Devendo ter um espaldar e um guarda-voz, situação que nem sempre se verifica no âmbito estudado, aqueles, feitos de mármore ou de outros materiais pétreos, apresentam uma clara diferença dos difundidos para o mesmo período cronológico, inscritos na arte das madeiras<sup>34</sup>, sendo os primeiros de planta rectangular, claramente menos erudita do que as de matriz italiana, curva<sup>35</sup>, porém, com faciais mais animados, quer do ponto de vista compositivo, quer do ponto de vista da intensa variação policroma.

Quanto à sua colocação no espaço de culto, directamente relacionada com a sua funcionalidade, deve-se salientar que vários autores, entre eles Lucas de Andrade<sup>36</sup> e Le Vavas seur<sup>37</sup>, comungam da ideia de uma instalação no lado do Evangelho, podendo constatar-se uma variação, desde que seja eficaz a sua colocação e a pregação feita a partir do mesmo.

Quanto a alguns exemplos que merecem destaque, salientamos, da produção lisboeta de pedraria de Seiscentos e Setecentos, o da igreja do convento de Santos-o-Novo, aliás bem próximo do existente na capela de Nossa Senhora da Peninha em Sintra, por apresentar este idêntico tipo de solução, e os da igreja do Menino-Deus.

---

*II Congresso Internacional do Barroco. Actas.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 513-519.

<sup>33</sup> Cf. ROCCA, Sandra Vasco; GUEDES, Natália Correia (coord.) – *Op. cit.*, pp. 52-53.

<sup>34</sup> Na área do mobiliário importa esclarecer que o modelo mais comum utilizado nas igrejas portuguesas de finais de Seiscentos e inícios de Setecentos é o que apresenta planta quadrada ou rectangular e varanda decorada por balaústres de madeira e base pétrea, cf. SMITH, Robert C. – *Op. cit.*

<sup>35</sup> No âmbito da produção italiana servem para comparação os da produção fanzaguiana, de que destacamos particularmente o da igreja de Santa Maria della Sanità de Nápoles, o que se encontra na igreja de S. Lorenzo in Lucina, em Roma, ou aquele geograficamente mais próximo de nós, existente na igreja do convento de Nossa Senhora La Puríssima, em Salamanca, todos eles com planta ligeiramente curva. Todavia, com alguma proximidade planimétrica, afigura-se-nos essencial a referência ao púlpito existente no Gesú romano, como possível modelo dos portugueses, pois exhibe planta rectangular, bem como um maior recurso ao preenchimento policromo.

<sup>36</sup> “O púlpito em que lugar está posto, que sempre deve ser da parte do Evangelho”, cf. ANDRADE, Lucas de – *Op. cit.*, p. 57.

<sup>37</sup> Cf. VAVASSEUR, R. P. Le – *Op. cit.*, p. 45, que afirma o seguinte: “O púlpito deve ficar no lugar mais conveniente, para que o Pregador possa ouvir-se bem” e “Não ha regra alguma positiva sobre a posição do púlpito Nas Egrejas Cathedraes e (sic) o throno não está ao fundo da apside, é conveniente, segundo a opinião de todos os auctores, que esteja do lado do evangelho, para que o Bispo seja visto do púlpito no seu throno”.

Já os púlpitos existentes na igreja paroquial de Santos-o-Velho, cujo risco sabemos ter sido do arquitecto régio João Antunes (1643-1712), enquadram-se no modelo que privilegia a madeira na sua varanda, deixando o lavor dos mármore para a sua base, e os embutidos para o remate da porta que dá acesso ao local.

Por último, o desaparecido púlpito da igreja do mosteiro de S. Vicente de Fora merece igualmente menção. O exemplar, segundo o que se observa num desenho de 1884, apresentava-se adossado a um dos tramos da igreja, imediatamente a seguir à capela da irmandade do Santíssimo Sacramento, ostentando varanda com balaustres recortados e base lavrada. Apesar de existir um registo gráfico deste exemplar, que infelizmente não deixa compreender a verdadeira natureza do material aí utilizado, sabe-se que, segundo notícia dada por Norberto de Araújo, por volta de 1885, nas reformas levadas a cabo pelo arquitecto José Maria Nepumoceno, o púlpito era “(...) de mármore e mosaicos (...)”, tendo sido arrancado e destruído a martelo<sup>38</sup>.

A esse dado acrescenta-se aquele expresso na carta que o então pároco de S. Vicente dirige ao arquitecto Nepumoceno, datada de 28 de Dezembro de 1897, onde se pode ler o seguinte: “*Ponde de parte a conclusão de duas capellas lateraes, que foram vedadas por ordem do Ex.mo Snr. Pedro Ignacio Lopes, e a construcção das tribunas da capella mór, que só se tornam necessarias por ocasião de funeraes de pessoas Reaes, eu julgo indispensavel para que a egreja possa abrir-se ao culto com a decencia devida, além das obras já em via de conclusão: 1º a construcção d’um pulpito de madeira, portatil, que foi promettido pelo fallecido architecto Nepomuceno d’acordo com o Ex.mo Director, quando de harmonia com o meu antecessor e com a Irmandade do SS.mo foram demolidos os pulpitos fixos que havia, um dos quaes, de valor artistico, se fez em pedaços quando era apeado. Não só a promessa então feita, mas a necessidade d’um pulpito n’uma egreja parochial me leva a pedir com instancia a sua construcção. (...)*” (negrito nosso)<sup>39</sup>.

<sup>38</sup> Cf. ARAÚJO, Norberto de – *Pequena Monografia de São Vicente*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa, 1937, p. 88.

<sup>39</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (A.N.T.T.), *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, Mç. 477, Proc. 10.

## 5. Teias

A balaustrada ou teia<sup>40</sup> surge na qualidade de elemento delimitador do espaço, separando, por exemplo, o coro, as naves e as capelas.

Tais objectos, encontram no espaço religioso campo para se posicionarem e conseqüentemente para exibirem as diferentes morfologias de balaustres e acrotérios, bem como as mais diversas soluções planimétricas.

O conjunto, constituído por vários balaústres, com ou sem acrotérios, cria vários espaços dentro de um só templo, desenvolvendo percursos de forma a possibilitar a circulação do crente pelas várias capelas do local, sem interferir com possíveis celebrações que pudessem ocorrer em simultâneo.

A sua existência, em locais de culto, deve-se mais uma vez a uma maior compartimentação, exigida pela Igreja pós-tridentina, onde várias celebrações poderiam ocorrer ao mesmo tempo. Assim, justifica-se plenamente que nas suprarreferidas *Visitações* efectuadas aos templos se notasse a sua existência, ou ausência, como é expressado: “Continuando com a visita da Igreja, notará as naues, se a Igreja for dellas, **como estão diuididas, & ornadas as capellas que em si tem**”<sup>41</sup> (negrito nosso).

Quanto à definição e caracterização desta tipologia, importa referir que à data podiam ser denominados de “*pilares*”, pois na escassa documentação existente sobre estes espécimes, reconhece-se a utilização dessa expressão. Veja-se pois o exemplo expresso no contrato para se efectuar um cancelo para a capela de S. Bartolomeu da igreja de S. Julião de Lisboa, do ano de 1708, onde se afirma o desejo de se construir “(...) *grades de pao de evano com pilares de pedra embutida (...)*”<sup>42</sup>. Todavia, essa designação poderá ter outro sentido, o de coluna, como se pode aferir no caso da descrição efectuada a propósito do sacrário, ideado em 1713, para o retábulo-mor da Sé de Santarém, onde a expressão “*pilaretas*” remete para colunas<sup>43</sup>. Tal ocorrência, deve-se à indefinição característica dessa época, concernente ao vocabulário técnico.

---

<sup>40</sup> Acerca de balaustradas ou teias *vide*: COELHO, O.S.B., Dom António – *Op. cit.* Tomo 2, pp. 233-234, as várias entradas de Balaustrada de (...) e de Grade de (...). In ROCCA, Sandra Vasco; GUEDES, Natália Correia (coord.) – *Op. cit.*, pp. 30-32.

<sup>41</sup> Cf. ANDRADE, Lucas de – *Op. cit.*, p. 57.

<sup>42</sup> A.N.T.T., *Cartório Notarial de Lisboa (C.N.L.)*, Nº 11 (actual nº 3), Cx. 97, L.º 403, fls. 11-12, ref. por CARVALHO, Ayres de – Documentário Artístico do Primeiro Quartel de Setecentos Exarado nas Notas dos Tabeliães de Lisboa. Separata da Revista Bracara Augusta, Vol. XXVII, Fasc. 63/75. Braga: 1973, p. 19.

<sup>43</sup> A.N.T.T., *C.N.L.*, Nº 7 A (actual nº 15), Cx. 87, L.º 477, fls. 42- 43 v.º, publ. por IDEM, *ibidem*, p. 43.

Entre os acrotérios lisboetas, que elegeram esta técnica e materiais para a sua realização, destacamos os existentes nas capelas das irmandades de Nossa Senhora da Doutrina da igreja de S. Roque de Lisboa, de Nossa Senhora da Piedade e de Jesus, Maria, José, do mesmo templo. Em qualquer um destes locais, e por se tratar de capelas intercomunicantes, naturalmente inscritas num templo fundado pela Companhia de Jesus, as teias apresentam características similares no que à sua modelação diz respeito, mormente ao nível do delicado trabalho dos acrotérios.

No caso da capela da Senhora da Doutrina<sup>44</sup> o conjunto, composto por teia de pau-santo e quatro acrotérios marmóreos, destaca-se pela iconografia impressa na parte central dos mesmos (o Rosário e o Livro dos Evangelhos).

Já na capela da Piedade<sup>45</sup>, apesar do conjunto se apresentar similar no que aos materiais, número de acrotérios, e modenatura dos mesmos diz respeito, a diferença encontra-se na iconografia imposta (a Cruz).

Por último o conjunto que se encontra na capela consagrada a Jesus, Maria, José, também constituído por grade de pau-santo com quatro acrotérios de mármore, apresenta, ao contrário das anteriores, planta hexagonal, com motivos florais, na sua parte mais destacada.

<sup>44</sup> A capela da irmandade de oficiais mecânicos de Nossa Senhora dos Prazeres da Doutrina foi a partir de 1634 alvo de várias obras de engrandecimento que dotaram o espaço de carneiro para sepultar os irmãos e familiares e de uma sacristia. O espaço destinado à oração e à celebração de missas quotidianas foi particularmente monumentalizado através dos vários revestimentos que aí foram aplicados, nomeadamente os mármore policromos no primeiro registo, de que nos ocuparemos mais adiante, e a talha que a preenche a partir deste até ao tecto. Segundo o testemunho de um anónimo o conjunto deve ter sido concluído por volta de 1695: “Neste ano de 1695 em véspera de todos os Santos a tarde abrirão os congregados de Nossa Senhora da Doutrina a sua Capella depois de Dourada, e estofada de novo a imagem da mesma obra, sahindo tambem então as duas imagens de S. Joachim, e de Santa Ana, que estão nas ilhargas da tribuna da mesma Senhora; e tambem fizerão o pavimento degraos do altar, de embutidos no que tudo ajustarão preso de sinco mil cruzados (...)”, cf. BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA (B.P.E.), Cod. CVIII / 1-23, fl. 3.

<sup>45</sup> A capela da responsabilidade da irmandade de Nossa Senhora da Piedade apresenta um conjunto de mármore e talha, resultante de uma campanha de obras que teve início em 1686 e que terá sido finalizada por volta de 1711, segundo o que se pode ler nas suas inscrições epigráficas: “Nesta Cape- / lla está sita a congrega- / ção dos Irm(ã)os de N(ossa) S(enho)ra da Pie- / dade os Quais a fabricarão com / a pedraria, retabolo, e tribuna, e / a vão ornando á sua custa / na era de MDCCXI”, publ. por AVELLAR, Filipa Gomes do – Espólio epigráfico do património arquitectónico religioso da Misericórdia de Lisboa. In AA.VV. – *Património Arquitectónico. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2006, pp. 162-212.

Tal como já foi indicado em estudos anteriores<sup>46</sup>, este é possivelmente o conjunto que se encontrava na capela da irmandade de Nossa Senhora dos Agonizantes (actualmente dedicada ao Santíssimo Sacramento), pois, através das palavras do cronista anónimo que redigiu a *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, constatamos a existência de um conjunto idêntico nesse sítio: “(...) humas boas grades de pão sancto com quatro pilares de pedras embotidas com particular miudeza e perfeçam (...)”<sup>47</sup>.

No âmbito das memórias históricas, destacamos ainda aquela que lembra a encomenda de um conjunto para a desaparecida igreja de S. Julião de Lisboa, perenizada no contrato lavrado para esse fim. Localizado no espaço da irmandade de alemães consagrada a S. Bartolomeu, onde outrora se fizeram importantes obras de beneficiação, ao nível do pavimento<sup>48</sup>, foi a 3 de Abril de 1708 que se terá finalizado a remodelação do espaço, terminando com a encomenda ao entalhador António da Fonseca e ao mestre marceneiro Francisco Lopes Ramalho de “(...) *humas / / grades de pão de evano com pilares de pedra embutida (...)*”<sup>49</sup>. A estes dois artistas terá cabido a obra de marcenaria e de talha, ficando os ditos pilares de pedra sob a sua responsabilidade, pilares esses cuja execução terá sido naturalmente delegada, como aliás era comum na época. Pela descrição efectuada por João Baptista de Castro, nada terá sobrevivido do templo, nomeadamente a capela da irmandade de S. Bartolomeu, que, segundo este autor, era a primeira do lado do Evangelho, com sacristia própria, por baixo do espaço que lhe fora cedido<sup>50</sup>.

<sup>46</sup> Cf. COUTINHO, Maria João Pereira – Os Embutidos de Mármore no Património Artístico da Misericórdia de Lisboa. In IDEM, *ibidem*, pp. 118-135.

<sup>47</sup> Cf. *História dos Mosteiros (...)*. Vol. 1, p. 267.

<sup>48</sup> Em 1668 é lavrado um acerto entre a mesa da irmandade e dois mestres pedreiros para se fazer um carneiro por baixo da capela. O ajuste é particularmente interessante, pois tomam como modelo o que se tinha feito no colégio de Santo Antão-o-Novo dos padres da Companhia de Jesus, denotando o conhecimento e subsequente preferência por modelos eruditos: “(...) *os quais couados ande ser feitos do mesmo modo como são os do Cruzeiro de Sancto Antão dos padres da Companhia e melhores se puder ser com Suas sanefas todas de pedra uermelha da melhor e mais forte e da melhor paragem que ouuer (...)*”, cf. A.N.T.T., C.N.L., N° 1 (actual n° 2), Cx. 52, L.º 258, fls. 118-119 v.º.

<sup>49</sup> Cf. A.N.T.T., C.N.L., N° 11 (actual n° 3), Cx. 97, L.º 403, fls. 11-12, ref. por CARVALHO, Ayres de – “Documentário Artístico do Primeiro Quartel de Setecentos Exarado nas Notas dos Tabeliães de Lisboa”, (...), p. 19.

<sup>50</sup> “Das Capellas, que estavam da parte do Evangelho, **era a primeira a dos Alemães com o titulo de S. Bartholomeu**, que tinha na Igreja a sétima parte, por ser no principio Ermida de Santa Barbara, cuja Imagem conservavão no mesmo Altar, que era dos Bombardeiros, e por concederem estabelecerse nella Freguezia, ficavão conservando a dita sétima parte com grandes privilegios. **Tinha Sacristia por baixo da Capella, e sua porta, que era**

A esta memória acrescentamos uma outra, expressa na por demais citada *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, que refere a existência de acrotérios na capela de Nossa Senhora das Angústias na igreja do convento de S. Francisco da Cidade: “Depoys das capellas colateraes que ficam no cruzeyro da parte do Evangelho, se segue no mesmo cruzeyro a de Nossa Senhora das Angustias, (...) e pera resguardo da capella tem suas grades de pao sancto retrocidas com pilares de pedra embotidos.”<sup>51</sup>. Como se sabe pela trágica história da igreja o conjunto não terá chegado aos nossos dias, todavia, a sua memória permaneceu<sup>52</sup>.

Por último, apresentamos a mais recente notícia de um exemplar desta tipologia, outrora existente na antiga igreja de Santo Agostinho do convento de Nossa Senhora do Monte Olivete, ao Beato, actual igreja paroquial de São Bartolomeu, também conhecido por convento dos Grilos, e cujo rasto perdemos. Essa informação, recolhida num termo de entrega de peças pertencentes a esse cenóbio, datada de 23 de Março de 1889, afirma que o destino da “(...) *têa com balaústres de ébano e pedestaes de Cantaria de diversas cores formando mosaico com ornatos e armas do convento em mármores de diversas cores (...)*”<sup>53</sup>, era, à data, a Sé de Lisboa, contudo, o facto de não encontrarmos qualquer vestígio desse conjunto em tal local, leva-nos a considerar que não terá chegado a esse destino.

Em suma, todos eles apresentam, *grosso modo*, planta quadrada, ou hexagonal (como ocorre no conjunto da capela de Jesus, Maria, José, de S. Roque), perfis recortados e faciais totalmente decorados, e soluções iconográficas diversas, consoante o local para onde foram projectados. Se os cotejarmos com outros, compreendemos estar perante soluções plásticas genuinamente portuguesas, pois ao contrário do que ocorre em Espanha ou Itália, onde se encontram conjuntos totalmente compostos

---

**a travessa da Igreja.** (...) Acontecendo em o primeiro de Novembro o tragico infortunio do terremoto, se arruinou a Igreja, e veyo toda ao chão (...) causando fim não menos lastimoso o incendio successivo (...) escapando unicamente do fogo, posto debaixo do entulho, a casa do Despacho da Irmandade de Nossa Senhora das Candeas, e a fábrica, e Capella da Confraria de Santo Antonio.” (negrito nosso), cf. CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal*. Lisboa: Officina Patriarchal de Luís Ameno, 1762-1763, Tomo 3, Parte 5, pp. 302-304.

<sup>51</sup> Cf. *História dos Mosteiros (...)*. Vol. 1, p. 61.

<sup>52</sup> O templo, só na primeira metade do século XVII, foi fustigado por dois incêndios, o primeiro em 1708 e o segundo em 1741, tendo sido posteriormente a essa data reedificado até ao terremoto de 1755 que arrasou a denominada “Cidade de S. Francisco”, cf. SILVA, Manuel Ferreira da – Convento de S. Francisco da Cidade. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.) – *Op. cit.*, pp. 798-800.

<sup>53</sup> A.N.T.T., *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Convento de Santo Agostinho ao Grilo, Cx. 1985, Capilha 2, Doc. IV/A/25/20, s/nº/fl..

por balaústres de mármore, em Portugal verificamos a existência de um número significativo de conjuntos que resultam da alternância de balaústres de madeira com acrotérios pétreos, sendo estes últimos sempre decorados com labores miúdos de pedraria policroma.

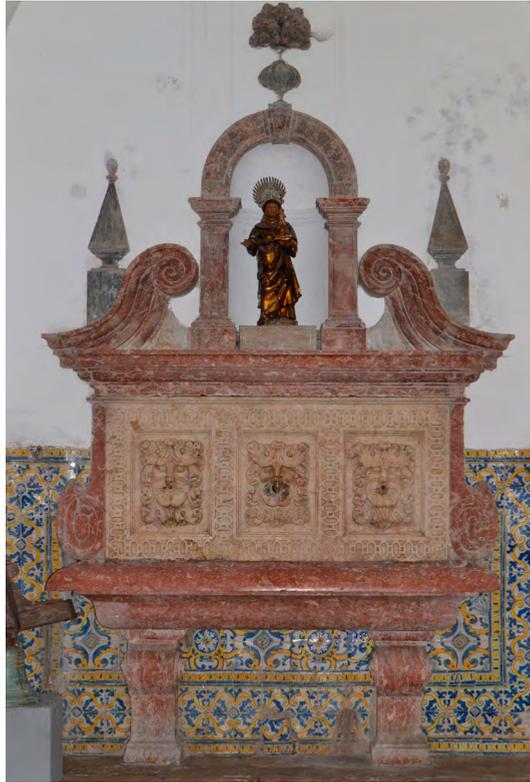
## Nota final

O conjunto de peças apresentadas, comprova a existência em Portugal, e particularmente na região de Lisboa, de mobiliário com funcionalidade litúrgica concebido e realizado em materiais pétreos.

Apesar de serem escassos, quanto ao seu número, e de não os conseguirmos quantificar, para os séculos XVII e XVIII, a existência dos casos referenciados (quer dos existentes, quer daqueles desaparecidos) comprova o recurso que houve a este tipo de soluções, que, para além de responderem a necessidades concretas, animavam os templos da capital.

Assim, ábacos ou credências, lavabos, mesas ou bufetes, púlpitos e teias em obra de pedraria policroma, que figuram no interior do templo pós-tridentino português como sinal de adequação dos decretos da Santa Igreja, indiciam a busca por soluções “modernas” e adequadas àquilo que de mais actual se fazia em Portugal.

Tais soluções, similares a tantas outras existentes na arte das madeiras, parecem ter tido no período pós-tridentino idêntica adesão, possivelmente pelo facto de marceneiros, ensambladores e mestres pedreiros, conviverem sob a égide de uma mesma bandeira – a de S. José.



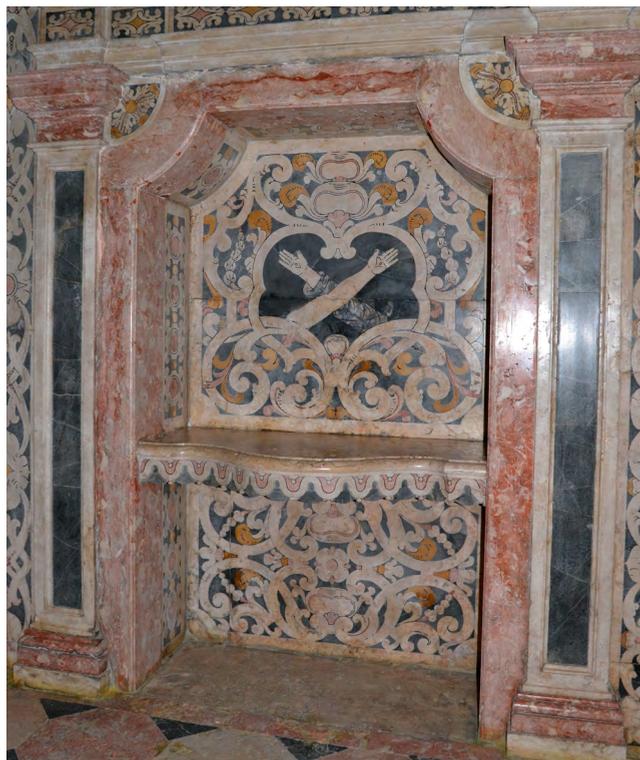
**Fig. 1** – Lavabo da sacristia da igreja de Nossa Senhora das Mercês (Lisboa). Fotografia da autora.



**Fig. 2** – Lavabo da sacristia da igreja do antigo colégio de Santo Antão-o-Velho (Lisboa). Fotografia da autora.



**Fig. 3** – Credência da igreja de São Miguel de Alfama (Lisboa). Fotografia da autora.



**Fig. 4** – Credência da igreja do Menino-Deus (Lisboa). Fotografia da autora.



**Fig. 5** – Credência da igreja de Santa Maria (Loures). Fotografia da autora.



**Fig. 6** – Púlpito da igreja do Menino-Deus (Lisboa). Fotografia da autora.